



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:  
O PATRIMÔNIO CULTURAL  
COMO MEDIADOR DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## Entre a territorialidade e o Patrimônio Comum: trocas de documentos entre o Brasil e Portugal (1863-1867)

*Between territoriality and the Common Heritage: exchange of documents between Brazil and Portugal (1863-1867)*

*Entre la territorialidad y el Patrimonio Común: intercambio de documentos entre Brasil y Portugal (1863-1867)*

*Frederico Antonio Ferreira<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo versa sobre a troca de documentos entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal, entre 1863 e 1867, e busca inseri-los no contexto das relações entre os dois países e frente ao processo de formação territorial brasileiro. Procura-se, assim, entender a forma como os estes documentos tornarem-se recursos estratégicos utilizados pelo Império frente às questões de fronteira com seus vizinhos e ao mesmo tempo uma oportunidade de reafirmar um discurso sobre um passado comum entre o Brasil e Portugal. Examina-se aqui, como os conceitos de Território, Nacionalidade e Posse se relacionavam aos aspectos históricos, de Memória e de Patrimônio ligados a estes documentos.

**Palavras-chave:** Documento, Território, Patrimônio.

**Abstract:** The article deals with the exchange of documents between the Empire of Brazil and the Kingdom of Portugal, between 1863 and 1867, and seeks to insert them in the context of relations between the two countries and in the face of the process of Brazilian territorial formation. Thus, the aim is to understand how these documents become strategic resources used by the Empire in relation to border issues with its neighbors and, at the same time, an opportunity to reaffirm a discourse on a common past between Brazil and Portugal. Here, it is examined how the concepts of Territory, Nationality and Possession were related to historical aspects, Memory and Heritage linked to these documents.

**Keywords:** Document, Territory, Heritage.

**Resumen:** El artículo trata del intercambio de documentos entre el Imperio de Brasil y el Reino de Portugal, entre 1863 y 1867, y busca insertarlos en el contexto de las relaciones entre los dos países y frente al proceso de formación territorial brasileña. De esta forma, se busca comprender cómo estos documentos se convierten en recursos estratégicos utilizados por el Imperio en relación a temas fronterizos con sus vecinos y, al mismo tiempo, en una oportunidad para reafirmar un discurso sobre un pasado común entre Brasil y Portugal. Aquí, examinamos cómo los conceptos de territorio, nacionalidad y posesión se relacionaron con aspectos históricos, Memoria y Patrimonio vinculados a estos documentos.

**Palabras clave:** Documento, Territorio, Patrimonio.

\*\*\*

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: arquivistafred@gmail.com

Entre os anos de 1809 e 1810, o Império Francês empreendeu um dos mais ousados projetos de expropriação de acervos arquivísticos já vistos na Europa. No intuito de reunir todos os arquivos, tanto da França como dos territórios conquistados em um único local, centenas de milhares de pacotes de documentos vindos de diferentes regiões da Itália, Áustria e Espanha foram depositados no Hôtel de Soubise, e mais estavam a caminho, vindos da Bélgica, Holanda e Suíça. Napoleão pretendia com isso reunir as maiores coleções de registros históricos da Europa. A operacionalização logística deste grande fluxo de papéis era um desafio tanto administrativo quanto político. Um aspecto do vasto processo de construção do império inaugurado por Bonaparte, um instrumento de gestão, do conhecimento colocado à serviço do Estado, a garantia dos títulos de soberania e, principalmente, uma manifestação palpável do poder do império francês. Isso dava a Paris o status de polo de preservação da memória dos Estados conquistados, de sede do conhecimento científico e epicentro do progresso do espírito humano. Todos estes colocados à disposição do público e dos estudiosos, servindo ao fim último de glorificar o Estado e, ainda que indiretamente, o próprio imperador<sup>2</sup>.

Antes que entendidos apenas como fontes históricas, acervos documentais são objetos próprios de seu tempo, condicionados as vicissitudes de seu período histórico e intrinsecamente relacionados à localidade onde foram produzidos. Muitas das vezes compartilhado de sua sorte. Conquistas, anexações e secessões de comunidades políticas implicam em deslocamentos, reunião ou divisão de fundos arquivísticos. No caso específico do Brasil, a trajetória de seus conjuntos documentais de valor histórico está ligada aos seus congêneres portugueses e, em muitos casos, seus caminhos se atravessavam. Diante disso, este artigo se propõe a analisar a troca de registros entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal entre os anos de 1863 e 1867. Muitos deles foram de grande importância para a formação das fronteiras do Brasil e estavam originalmente custodiados em arquivos e bibliotecas portuguesas. Por outro lado, papéis relativos ao país europeu permaneceram na América após 1821. Este *corpus* documental acabou servindo tanto para endossar posições diplomáticas e políticas de ambas as monarquias, como passaram a compor um aspecto importante do patrimônio documental dos dois países.

Em linha gerais, podemos considerar como documento, todo e qualquer objeto que fornece um dado ou uma informação cognoscível. Este objeto, assim, acaba por servir de

---

<sup>2</sup> DONATO, Maria Pia. Des hommes et des chartes sous Napoléon. Pour une histoire politique des archives de l'empire (1809-1814). *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 4, p. 81-102, 2015.

suporte material para o saber ou como um instrumento auxiliar à memória<sup>3</sup>. Quando este processo de registro de dados e informações se dá em meio ao desenvolvimento de uma atividade, com uma finalidade específica, seja de indivíduos ou grupos, esse documento vem a se tornar um documento arquivístico. Sob esta perspectiva eles passam a ter uma organicidade própria e são compostos de elementos suficientes que lhe permitem servir de prova ou testemunho destas mesmas operações para as quais foram produzidas<sup>4</sup>. Desta forma, documentos são elaborados em um determinado tempo e em um determinado local, para desempenharem funções, sejam elas administrativas, técnicas, jurídicas, fiscais, entre outras. Neste processo, eles são protocolados, expedidos, recebidos e armazenados vindo servir de subsídio para a tomada de decisões de seus custodiadores<sup>5</sup>. Em alguns casos, ainda que eles sejam originalmente criados para desempenharem funções imediatas, podem vir a assumir uma função social que transcende a esta causa primeira<sup>6</sup>.

Neste sentido, a medida em que estes conjuntos de documentos registram a trajetória de indivíduos, grupos ou instituições consideradas importantes para uma dada sociedade, em uma determinada época, vem a servir de contribuição para a construção de uma memória coletiva e acabam por tornar-se parte de algo maior a que chamamos de Patrimônio Histórico<sup>7</sup>. Assim como monumentos, obras de arte, sítios arqueológicos, paisagens naturais notáveis e outros bens de valor histórico e cultura, documentos podem ser entendidos como elementos importantes na formação do patrimônio nacional, vindo a formar aquilo que atualmente chamamos de Patrimônio Arquivístico Nacional<sup>8</sup>.

É perceptível, portanto, quanto os registros documentais são significativos enquanto patrimônio de valor histórico, artístico e cultural. Porém, como todos os demais aspectos da sociedade humana, os conceitos em torno dos documentos, assim como das instituições que os armazenam e gerenciam, são historicamente condicionados e socialmente construídos. A concepção de documentos arquivísticos como patrimônio coletivo e o acesso aos dados e informações neles registrados como um direito dos cidadãos origina-se no contexto da

---

<sup>3</sup> GUINCHAT, Claire. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª Ed. Brasília: IBICT, 1994, p.43.

<sup>4</sup> PAES, Marilena Leite. *Arquivos: teoria e prática*. 3ª Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

<sup>5</sup> BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. 2ª Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> MEDEIROS, Enderson. A Patrimonialização e o arquivo enquanto Patrimônio: um olhar antropológico. *Biblos*, v. 25, n.1, 2011, p. 35-45.

<sup>8</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Revolução Francesa de 1789<sup>9</sup>. Desde o final da Idade Média até ao período contemporâneo, o destino dos registros documentais estava muito das vezes indissociavelmente ligado a fortuna política dos territórios que os continham<sup>10</sup>.

Desde o século XII, os documentos aparecem como armas jurídicas na aquisição ou defesa de títulos e propriedades. No século XIV surgem as primeiras bases legais que vinculam os documentos à posse de um dado território, vinculando-o a um Estado soberano. Tal prática, ainda que com variações, perpassou todo o período moderno, sendo objeto de atos e acordos internacionais entre os países, até que se formulasse um tratamento normatizado mediante a atuação da Organização das Nações Unidas nos pós II Guerra (1939-1945)<sup>11</sup>.

Diante deste estado de coisas, os avanços e recuos de fronteiras de reinos e impérios coloniais acabaram por gerar disputas acerca da posse de conjuntos documentais. Contestações acerca do direito à posse, ou mesmo da custódia legal de acervos decorrentes da mudança de soberania política, suscitavam controvérsias no foro internacional. A estas controvérsias a bibliografia brasileira chama de “contencioso arquivístico”<sup>12</sup>. Assim sendo, entende-se como contencioso arquivísticos, a disputa quanto a propriedade, custódia legal ou mesmo o acesso, à conjuntos documentais sob o poder de um dado ente político e obtidos por meio de mudança de soberania, reorganização territorial ou guerras<sup>13</sup>. Estes litígios acerca da formação, reintegração, restituição ou mesmo alienação de conjuntos documentais, mesclam elementos que envolvem aspectos ligados a nacionalidade, a geografia, a política e ao Direito<sup>14</sup>. Documentos originalmente criados para servirem de instrumentos da administração do Estado acabaram por tornar-se objetos da ação política destes<sup>15</sup>, entrecruzando uma imbricada questão que relacionada Soberania Nacional, Territorialidade, autodeterminação dos povos assim como História, Memória e Patrimônio Cultural.

---

<sup>9</sup> SCHMIDT, Clarissa Moreira. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP, 2012.

<sup>10</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>13</sup> Idem, p. 54.

<sup>14</sup> CORRÊA, Fernando Gabriel. *Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2010.

<sup>15</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Levando-se em conta esta interconexão entre Estado, custódia de documentos arquivísticos e a posse territorial, nos dedicaremos de modo mais específico a analisar o caso brasileiro. O processo de formação do território nacional foi um processo longo. Nele estiveram envolvidos navegantes, bandeirantes, povos originários, diplomatas<sup>16</sup> entre outros. Focando na negociação diplomática, valemo-nos da pesquisa histórica em documentos da chancelaria brasileira custodiados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) no Rio de Janeiro e na atuação de um de seus emissários mais atuantes durante o II Reinado, Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878). Além de sua importante contribuição na delimitação das fronteiras naquele período, foi também o responsável pela negociação para a troca de documentos históricos entre Brasil e Portugal. Assim sendo, apoiando-nos no fundo Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (1822-1889), e nos manuscritos do Arquivo Pessoal do Barão Ponte Ribeiro, analisamos criticamente, os discursos registrados nos documentos, de modo a examinar o processo de troca de registros documentais entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal entre 1863-1867, para além dos aspectos político-institucionais, permitindo transparecer as múltiplas vozes<sup>17</sup> que ajudaram a construir a política exterior do Império e na construção desta narrativa de um passado comum.

Aos nos dedicarmos a analisar este processo, busca-se entender a forma como os documentos históricos foram usados no sentido de exaltar a discurso de proximidade entre o Brasil e Portugal e como um diferencial estratégico utilizado pelos formuladores da política exterior do país frente a seus vizinhos, ao mesmo tempo que buscaremos examinar como os conceitos de território, nacionalidade e posse se relacionavam, ainda que indiretamente, aos aspectos históricos, de memória e de patrimônio ligados a estes documentos.

### **A necessidade de mapas**

Com a Independência da América Portuguesa em 1822, o governo do novo país instalado no Rio de Janeiro assumiu a premissa de garantir a manutenção da integridade territorial da antiga colônia. Isso fez do Brasil um país vasto, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, e mais de dezessete mil quilômetros de fronteiras terrestres. Estendendo-se das margens da Bacia do Prata ao norte da Bacia Amazônica. Com a intensão de preservar as antigas fronteiras do domínio lusitano veio também as divergências,

---

<sup>16</sup> GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>17</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

previamente existentes acerca destes limites, agora não mais com a metrópole espanhola, mas com as nove novas nacionalidades surgidas com a onda de independências que varreu a América do Sul nas primeiras décadas do século XIX e mesmo potências coloniais tradicionais que ainda possuíam possessões na região <sup>18</sup>

A construção das fronteiras entre os impérios coloniais português e espanhol na América do Sul foi uma construção de séculos e em muitos casos acompanhadas de conflitos sangrentos e da expropriação de territórios de uma infinidade de povos tradicionais. Quando da emancipação política da América Portuguesa os acordos de limites entre Portugal e Espanha com relação as colônias na América Meridional já havia sido alvo de diversas correções e interpretações. Assim, os esforços em preservar as antigas linhas divisórias entre possessões ibéricas não possuía instrumentos jurídicos inquestionável que pudessem servir de base para o entendimento entre os novos países. Esta tarefa estava agora sob a responsabilidade dos novos governos recém-estabelecidos <sup>19</sup>

A opção dos homens de Estado e dos formuladores da política exterior do novo Império do Brasil foi a de sustentar as linhas gerais das fronteiras estabelecidas por meio do Tratado de Madrid de 1750. Fazia-se necessário, portanto, fazer valer o ato internacional que legitimava tais limites. O ponto de partida utilizado seria a da manutenção dos termos acordado de 1750, assim como os de Santo Idelfonso de 1777. Iniciou-se o esforço em fazer respeitar, frente aos novos Estados fronteiriços, os antigos acordos coloniais<sup>20</sup>. Para tanto, os mapas eram instrumentos fundamentais, decisivos. O processo de pesquisa, análise e tomada de decisões acerca do tema eram estudados, descritos e cartografados de forma minuciosa por agentes de política externa brasileira, com elevado grau de especialização. Assim, livros, documentos textuais e cartográficos produzidos, recebidos ou mesmo acumulada pelas potências coloniais no exercício das negociações e delimitações das fronteiras acabaram por servir de base para a sua redefinição assim como para a defesa do *direito* brasileiro sobre os territórios <sup>21</sup>

O serviço exterior brasileiro, durante o período monárquico, atuou no sentido de obter dados e informações em diferentes fontes de modo a que pudesse subsidiar tomada de decisões,

---

<sup>18</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

<sup>21</sup> Idem.



tanto para a execução da política exterior, quanto para a redefinição de suas fronteiras<sup>22</sup>. Dessa forma, criou-se um repositório de dados e informações úteis para os interesses do governo e do Estado imperial, contribuindo assim com a defesa do *interesse nacional* como entendido à época. Um subsídio importante na resolução das controvérsias internacionais. Desta forma o serviço exterior brasileiro acabou por ampliar seu acervo de livros, documentos e mapas, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

### **A caçada aos mapas**

Durante o período regencial (1831-1840), quando o tema da definição de limites passou a fazer parte da pauta das negociações internacionais do Império com os vizinhos, foram adquiridos os primeiros mapas, e com isso a formação do acervo cartográfico da Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império<sup>23</sup>. Entre o final da década de 1830 até a década de 1850 deuse, no serviço exterior brasileiro, um esforço por prospectar, reproduzir ou mesmo adquirir, das mais diferentes formas, documentos arquivísticos e bibliográficos relacionados à formação territorial da América Portuguesa.

O acervo de mapas da Secretaria, entre 1838 e 1853, sofreu acréscimos consideráveis advindos das contribuições de diversos agentes no exterior. Entre eles podemos citar Antônio de Menezes de Vasconcelos Drummond (1794-1865) em Lisboa, Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1714?-1862) em Madrid, Joaquim Caetano da Silva (1810-1973) em Haia e os do Duarte da Ponte Ribeiro<sup>24</sup>.

Havia da parte do governo brasileiro especial interesse por documentos relativos aos acordos internacionais quanto aos domínios coloniais entre Portugal, Espanha e França na América do Sul entre os séculos XVII e XIX. Da antiga metrópole com a corte espanhola, buscava-se registros relativos posse portuguesa da Colônia do Sacramento – atualmente parte do litoral uruguaio – e aos limites América portuguesa e espanhola delimitados pelos tratados de Madrid de 1750 e Santo Ildefonso de 1777, assim como pelo Tratado de Badajoz de 1801<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: FUNAG, 2013.

<sup>24</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI): L287M4P3. Ofício de Duarte da ponte Ribeiro chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil. Relação de mapas antigos das províncias do Pará e Alto Amazonas, que se acham com os rolos de mapas vindos de Portugal. *Sem data*.



Sobre os atos com o governo francês, buscava-se registros relativos aos Tratados de Utrecht de 1713 e 1715, aos acordos de paz de Portugal com a França Revolucionária de 1797, com o governo napoleônico em 1801 e 1802 e por último, os acordos após a desocupação luso-brasileira da Guiana em 1817<sup>26</sup>. Todo este esforço no sentido de reconstituir os limites entre a América Portuguesa e as possessões francesa e espanhola.

A escolha destes tratados, nestes períodos específicos, não era desconectada da agenda da política externa brasileira da segunda metade do século XIX. Questionamentos acerca dos limites entre os países sul-americanos e a imprecisão de ditames legais válidos eram entendidos como ameaças pelo governo do Rio de Janeiro. A medida em que assume como premissa a sustentação do argumento de legitimidade da posse brasileira dos territórios anteriormente pertencentes a América Portuguesa exigia que os acordos celebrados pelas metrópoles coloniais fossem reconhecidos e respeitados pelas novas nacionalidades. Para tanto os mapas e outros documentos eram instrumentos fundamentais.

Este processo de busca por documentos no estrangeiro, iniciado de forma ocasional e episódica, foi transformando-se em um procedimento sistemático e organizado. Exemplo disto pode ser encontrado nas atuações do Barão da Ponte Ribeiro e do futuro Visconde de Porto Seguro. Em meio as negociações quanto a limites com a Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia o Barão Ponte Ribeiro reuniu grande quantidade de mapas e documentos textuais que vieram posteriormente a fazer parte do acervo da Secretaria<sup>27</sup>. Concomitantemente, Varnhagen foi enviado, em 1842, como adido à Lisboa com a incumbência de pesquisar registros documentais relacionados tanto a história do Brasil, quanto aqueles que viessem a ser úteis na definição dos limites. Assim dedicou-se quase que exclusivamente a pesquisar em diferentes arquivos e bibliotecas portuguesas.

O envio de Varnhagen a Lisboa não foi por acaso. Indicado pelo ministro brasileiro naquela cidade que aconselhava ao chanceler da época a enviar Francisco Adolpho para que pudesse “coligir documentos e diplomas para a história do Brasil e diplomática, condensando-os e analisando-os, de “modo a apurar o verdadeiro do fabuloso que abunda nas relações

---

<sup>26</sup> AHI: L287M4P3. Ofício de Duarte da ponte Ribeiro chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil. Relações de mapas vindos de Lisboa para o Arquivo Militar, apontamentos sobre outros.

<sup>27</sup> CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: FUNAG, 2013.

daquele tempo de propensão maravilhosa”<sup>28</sup>. Enquanto atuou no serviço exterior brasileiro operou no esforço de prospectar, coletar, organizar e analisar documentos históricos<sup>29</sup>. Sua atividade deu-lhe acesso a funcionários dos arquivos e bibliotecas portuguesas, o que lhe possibilitava oportunidades diferenciadas de acesso<sup>30</sup>. Em numerosos pareceres, relatórios e informes enviados para a chancelaria, assim como para imperador Pedro II, quanto às negociações de limites do império com as repúblicas hispano-americanas e as Guianas<sup>31</sup>, ajudou a consolidar suas fronteiras do país, assim como contribuiu, sobremaneira, na redação da primeira grande obra dedicada a história nacional: *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857.

Originalmente, a ideia dos diplomatas brasileiros envolvidos na questão foi a de reproduzir – com elevado grau de exatidão – os documentos encontrados em Portugal e que fizessem referência ao território brasileiro. Contudo, frente a grande quantidade e a elevada dificuldade deste processo, a ideia logo foi descartada<sup>32</sup>. Assim, o serviço exterior brasileiro iniciou contatos com autoridades portuguesas no sentido de obter tais registros e para isso oferecia em troca, documentos que poderiam ser do interesse do governo português e que permaneceram no Brasil após o retorno da corte portuguesa para Lisboa em 1821.

### **A troca de documentos Brasil – Portugal**

Em ofício de 06 de dezembro de 1861, o ministro dos negócios do Império, José Idelfonso de Sousa Ramos, dava parecer positivo ao ministro dos negócios estrangeiros, Magalhães Taques, acerca da entrada do país dos documentos sobre o Brasil originários da antiga metrópole. Ramos nele afirmou:

Convindo trocar pelos documentos relativos ao império existentes em Portugal os documentos que possuímos acerca das cousas d’aquelle reino, e que de nem uma utilidade nos são, quando tanta vantagem nos pode provier d’essa troca, enriquecendo

---

<sup>28</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984

<sup>29</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (Orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013,

<sup>30</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

<sup>31</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (Orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013,

<sup>32</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

o nosso Archivo publico, rogo a V.Exa. se digne de ordenar a remessa dos documentos [...]³³.

Assim, aparentemente, os esforços no sentido de viabilizar a transferência dos acervos documentais sobre o Brasil, custodiados no exterior não era uma preocupação apenas da Secretaria dos Estrangeiros. José Ildelfonso de Sousa Ramos, Visconde de Jaguari (1812-1883), que foi secretário dos negócios do império do Gabinete do Duque de Caxias, entre 1861-1862 também demonstrava interesse quanto ao tema. Responsável pela gestão de serviços ligados a administração pública do Império tais como, educação, saúde pública, comunicações, comércio e o Arquivo Público do Império³⁴.

Neste sentido, o governo brasileiro se coloca a providenciar a transferência destes acervos. Dois anos depois das comunicações entre Sousa Ramos e Taques, o Barão de Ponte Ribeiro foi nomeado para negociar, junto ao governo português, a troca de documentos de interesse entre os dois países. Seriam alvo deste acordo, os registros depositados nos arquivos lusitanos que tivessem interesse aos formuladores de política externa brasileira, assim como papéis relativos à administração da ex-metrópole que estivessem em instituições brasileiras³⁵. Ponte Ribeiro foi nomeado, tendo a garantia de que teria os recursos necessários para a realização das tratativas, e somado a isso, a concessão de um benefício salarial³⁶. A nomeação do *Lindeiro-mor* do Império para chefiar a comissão se deu nos seguintes termos:

Convindo verificar-se nos archivos de Portugal, e principalmente na Torre do Tombo, existem Mappas e Memorias que interessem ao Imperio, e de que não haja copias em nossos archivos, a fim de se propôr ao Governo de Sua Magestade Fidelissima a troca desses documentos com outros da mesma natureza, o que ele por ventura não possua: resolveu o Governo Imperial aproveitando os conhecimentos especiaes de V.Exca. na materia de que se trata encarrega-lo desta Comissão³⁷.

---

³³ AHI: 300/3/7. Ofício de José Idelfonso de Sousa Ramos, ministro dos negócios do império, para o ministro dos negócios estrangeiros, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, de 06/12/1861.

³⁴ CABRAL, Dilma. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. In: Arquivo Nacional. *Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>>, acessado em 10/06/2021.

³⁵ CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: FUNAG, 2013.

³⁶ AHI: L287M4P1. Ofício do Marques de Abrantes para Duarte da Ponte Ribeiro, de 24/04/1863.

³⁷ AHI: L287M4P1a. Correspondência de Duarte da Ponte Ribeiro, chefe da Comissão Investigadora de mapas concernentes ao Brasil, ao Duque de Loulé, secretário dos negócios estrangeiros de Portugal, 07/04/1864

A legação em brasileira em Lisboa intitulou o comitê de “Comissão Investigadora de Mappas e Memorias concernentes ao Brazil”<sup>38</sup>. De modo a convencer ao governo do país europeu, o chefe da legação brasileira se utilizou dos seguintes termos:

Havendo o Governo Imperial encarregado o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro de examinar e colecionar systematicamene os Mappas geograficos, Planos e Memorias existentes nos Archivos da Capital do Imperio, deparou o mesmo Conselheiro com alguns trabalhos importantes concernentes exclusivamente ao Reino de Portugal. Em presença do resultado de taes investigações resolveu o mesmo Governo Imperial propor ao de Sua Magestade Fidelissima a permuta dos aludidos trabalhos por outros que por ventura existir possão nos Archivos Portuguezes e que se refirão ao Territorio Brasileiro<sup>39</sup>.

O governo português demonstra boa vontade com o pedido brasileiro, Nuno Moura Barreto, o Duque de Loulé (1804-1975), ministro dos negócios estrangeiros de Portugal<sup>40</sup>, porém faz exigências. Dentre elas a de que a comissão deveria ser formada também por agentes locais. Foram indicados funcionários do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Fazenda, Guerra, Marinha e especialistas em geografia<sup>41</sup>. No final do ano de 1863, o governo permitiu que o negociador brasileiro e seus assessores realizassem pesquisas em diversos acervos, para acompanhados por funcionários portugueses<sup>42</sup>.

A disposição favorável lusitana frente a demanda brasileira pode ser entendida pelo contexto positivo da relação entre os dois países naquele período. Passadas quatro décadas da emancipação política do Império, as relações eram marcadas por uma retórica baseada na fraternidade entre as duas monarquias, graças à familiaridade das Casas reinantes e a ênfase brasileira em evidenciar seus vínculos com a nação europeia<sup>43</sup>. Discordâncias entre os governos de Lisboa e Rio de Janeiro ficavam em segundo plano. Conflitos de interesses relacionados ao comércio, a questão migratória e a uma possível influência brasileira sobre as colônias africanas

---

<sup>38</sup> AHI: L287M4P1. Ofício do Marques de Abrantes para Duarte da Ponte Ribeiro, de 24/04/1863.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

<sup>41</sup> AHI: L287M4P2. Ofício de Duarte da ponte Ribeiro chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil, para o Francisco Xavier Paes Barreto de 13/04/1864.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

levavam a uma dinâmica de aproximações e afastamentos entre os *Braganças* dos dois lados do Oceano Atlântico<sup>44</sup>.

As origens destes documentos lusitanos custodiados no Brasil remetem ao traslado da capital do império colonial português em 1808. Um conjunto volumoso de registros de diferentes ministérios foram trazidos desde 1808. Documentos de governo contendo registros seculares foram embarcados nos porões dos navios<sup>45</sup>. Nos anos que se seguiram, novas levas de manuscritos necessários à administração chegaram. Com o retorno da corte à Lisboa alguns destes registros foram levados de volta a Europa. Quando da emancipação brasileira, outros acervos foram solicitados pelo governo de Lisboa, mesmo assim alguns conjuntos documentais permaneceram no Rio de Janeiro<sup>46</sup>.

Ponte Ribeiro terminou o levantamento dos documentos em dezembro de 1864, e a partir daí iniciou-se as tratativas de modo a efetivar o acordo que formalizaria a transferência dos documentos<sup>47</sup>. O governo imperial enviou uma solicitação em 04 de dezembro de 1863, a qual é prontamente aceita, já em 28 do mesmo mês<sup>48</sup>. Os documentos brasileiros a serem doados a Portugal – originários em sua maioria dos arquivos do exército – são embarcados em um navio britânico rumo a Lisboa, no início de janeiro de 1865<sup>49</sup>. A troca formal dos documentos foi feita em 14 de janeiro de 1867. Representando o governo português estava o general Felipe Folque, representando o Brasil, o Barão da Ponte Ribeiro. O Brasil recebeu um conjunto de aproximadamente quatrocentos e quarenta e seis itens documentais, divididos em quarenta e nove lotes de documentos iconográficos e cartográficos e cederia, por sua vez, setenta e oito rolos e cento e cinquenta e sete lotes de mapas<sup>50</sup>.

O conjunto era formado, de um lado, por originais e cópias de mapas e cartas relativas a explorações e comunicações fluviais, fortificações e defesas, implantação de vilas e povoados; notícias sobre capitânias, governadores e capitães gerais e questões relacionadas à formação e

---

<sup>44</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa. Encontros e desencontros as relações Portugal-Brasil: a propósito do tratado de 1836. In: Departamento de Ciências e Técnicas do Património & Departamento de História (Orgs.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2006, p. 35-46.

<sup>45</sup> WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

<sup>46</sup> CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: FUNAG, 2013.

<sup>47</sup> AHI: L257M4P7. Ofício de Duarte da Ponte Ribeiro para o Conselheiro João Pedro Dias Vieira de 268/01/1865.

<sup>48</sup> AHI: L287M4P8. Minuta de Nota Diplomática do Barão de Itamaracá, chefe da legação brasileira em Lisboa para o Duque de Loulé, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal de 27/03/1864.

<sup>49</sup> AHI: L257M4P7. Ofício de Duarte da Ponte Ribeiro para o Conselheiro João Pedro Dias Vieira de 268/01/1865.

<sup>50</sup> ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro*. Livros, manuscritos e mapas: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994). Rio de Janeiro, 1984.

às fronteiras relativas ao território que formava o Império do Brasil e que estavam sob a guarda de instituições portuguesas. Por outro lado, cedeu plantas e desenhos técnicos alusivos principalmente a fortificações e outras estruturas de defesa da antiga metrópole armazenados em instituições brasileiras. Os acervos adquiridos de Portugal foram trazidos para o Brasil e depositados no Arquivo da Secretaria dos Estrangeiros. Ainda assim, houve roubos e extravios de alguns exemplares<sup>51</sup>.

Importante notar que, inicialmente, os documentos que viriam de Portugal destinavam-se ao Arquivo Público do Império. Criado pela Constituição de 1824, o Arquivo só veio a ser instituída em 1838. Ela tinha por missão arquivar as normas e leis emanadas pelo imperador, após referendo dos respectivos ministérios competente e chanceladas com selo imperial. Com o tempo, contudo acabou por armazenar todos os registros importantes emanados dos diferentes órgãos do governo e aqueles tidos como importantes para a história pátria<sup>52</sup>. A Secretaria dos Estrangeiros enviou os documentos, em parte, ao Arquivo Público do Império apenas em 1888, isto diante da determinação do secretário do Império e presidente do Conselho de Ministros – Barão de Cotegipe (1815-1889) – endossadas pelo diretor da instituição de guarda<sup>53</sup>, frente as determinações do decreto imperial que reorganizava a instituição e colocando sob sua alçada “todos os documentos concernentes ao direito publico, á legislação, á historia e á geographia do Brazil (...)”<sup>54</sup>.

### **Estratégia, patrimônio e história**

Por meio das reproduções cartográficas, ocorre o registro de operações de totalização de dados sobre o espaço geográfico. O conhecimento acerca dos espaços se torna um instrumento de poder do Estado, utilizado em proveito próprio, assim como dos seus agentes. O uso de dados e informações contidos tanto nas cartas geográficas quanto nos demais documentos, assim como sua guarda e manutenção, são instrumentos de grande valor para a ação dos Estados Nacionais e uma das bases de seu poder político. Ao mesmo tempo que

---

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> GABLER, Louise. Arquivo público. In: Arquivo Nacional. *Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>>, acessado em 10/06/2021.

<sup>53</sup> AHI 300/3/12. Ofício do Barão de Cotegipe, ministro dos negócios do império, para o ministro dos negócios estrangeiro de 24 de janeiro de 1888.

<sup>54</sup> BRASIL. Decreto nº 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Publico do Imperio. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

permite que a administração pública atue, ele justifica sua atuação e cria formas de registrar a trajetória destas operações<sup>55</sup>. Assim, garantir a manutenção de instituições como Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, além de significado prático, cria sobreposição de elementos simbólicos e instrumentais que dão razão de ser ao próprio Estado.

O fato de gerenciar sua custódia e sua gestão faz dos documentos um recurso de acumulação de conhecimento sistematizado sobre os diferentes aspectos formadores da administração do Estado. O que acaba por tornar seus locais de custódia, espaços de manifestação poder estatal<sup>56</sup>. Desta forma os documentos arquivísticos de valor histórico cambiados pelo governo brasileiro e português, durante a vigência da Comissão Investigadora de Mapas e Memórias, acabavam assumindo um valor tanto por seus aspectos práticos imediatos, determinados pela atividade governamental quanto por seu valor simbólico, histórico e enquanto patrimônio cultural.

Sua aquisição, visando endossar um argumento de legitimidade de posse sobre dados territórios, tinha um valor estratégico que buscava dar as alegações brasileiras um caráter de direito historicamente adquirido, argumento comumente aceito pelas nações europeias. Concomitantemente, é perceptível uma consciência acerca do valor secundário destes papéis quanto subsídios para a construção de uma história nacional desprovida de fábulas. Fundamentado numa perspectiva historiográfica positivista, onde tais registros seriam as bases que testemunhariam os primórdios da pátria e da formação da nacionalidade brasileira, seu uso configuraria assim uma legitimação da História de um Estado e seu território, surgidos antes que a ideia de Nação.

A ideia de uma nacionalidade brasileira distinta da nacionalidade portuguesa é um aspecto subentendido em todo o processo de câmbio dos documentos. Registros portugueses instalados no Brasil e que nada teria haver com o país e documentos sobre o Brasil depositados inapropriadamente em instituições lusitanas expressam a concepção de que ambos os países seriam entes políticos completamente distintos – e que essa é uma premissa essencial e que sempre o fora. Contudo, esta identidade nacional foi uma construção histórica, politicamente construída, principalmente na esfera do poder central e de sua diplomacia<sup>57</sup>. Houve assim uma

---

<sup>55</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

<sup>56</sup> CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>57</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.



rejeição da ideia de um patrimônio comum, apesar dos discursos oficiais de fraternidade entre os dois países.

Ao consideramos documentos históricos enquanto patrimônios culturais, ainda que em sentido alargado, estes podem ser objeto da ação política de exercício de poder, inserindo-se em uma agenda internacional pré-definida<sup>58</sup>. Desta forma, o processo de negociação e troca destes arquivos dava-se por uma lógica voltada para exaltação da nacionalidade brasileira, de uma projeção de poder<sup>59</sup>, frente a outros países que pudessem vir a questionar a configuração territorial brasileira e seu papel de sucessor natural da colonização portuguesa na América. A demonstração de legitimidade e veracidade de uma determinada narrativa de um passado compartilhado.

Grande parte dos documentos apropriados pelas tropas francesas durante o período napoleônico foram devolvidos a seus países de destino durante a chamada Restauração entre 1814-1830<sup>60</sup> e mesmo nas décadas seguintes<sup>61</sup>. Toda a controvérsia em torno dos deslocamentos, reunião ou divisão de fundos arquivísticos de caráter histórico demonstram o quanto estes são elementos importantes na formação do legado histórico de qualquer comunidade nacional. Para além de registrar seu desenvolvimento político, econômico e social eles possibilitam uma base para a formação de sua identidade e elemento importante na defesa dos direitos dos cidadãos<sup>62</sup>. Sob a perspectiva arquivística, ao contrário dos diversos contextos de disputas internacionais em torno da posse e custódia de arquivos, as negociações entre os governos português e brasileiro demonstrou boa-vontade e equilíbrio, evitando assim um contencioso em torno da questão da propriedade e da custódia legal dos documentos.

### Referências Bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 300/3/7. Ofício de José Idelfonso de Sousa Ramos, ministro dos negócios do império, para o ministro dos negócios estrangeiros Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, de 06/12/1861.

---

<sup>58</sup> ZAMORANO, Mariano Martín: Reframing Cultural Diplomacy: The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory. *Culture Unbound*, v. 8, 2016.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> DONATO, Maria Pia. Des hommes et des chartes sous Napoléon. Pour une histoire politique des archives de l'empire (1809-1814). *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 4, p. 81-102, 2015.

<sup>61</sup> CORRÊA, Fernando Gabriel. *Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2010.

<sup>62</sup> KECSKEMÉTI, Charles. *Archival Claims*. Preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations. Paris: Unesco, 1977.

\_\_\_\_\_: L287M4P1. Ofício do Marques de Abrantes para Duarte da Ponte Ribeiro, de 24/04/1863

\_\_\_\_\_: L287M4P2. Ofício de Duarte da ponte Ribeiro chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil, para o Francisco Xavier Paes Barreto de 13/04/1864.

\_\_\_\_\_: L257M4P7. Ofício de Duarte da Ponte Ribeiro para o Conselheiro João Pedro Dias Vieira de 268/01/1865.

\_\_\_\_\_: L287M4P8. Minuta de Nota Diplomática do Barão de Itamaracá, chefe da legação brasileira em /Lisboa para o Duque de Loulé, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal de 27/03/1864.

\_\_\_\_\_: L287M4a13a. Ofício de Duarte da Ponte Ribeiro, chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil, para o Barão de Itamaracá de 20/01/1867)

\_\_\_\_\_: L287M4aP14. Ofício de Duarte da Ponte Ribeiro, chefe da comissão investigadora de mapas concernentes ao Brasil, para Antônio Coelho de Sá Albuquerque de 27/08/1867.

\_\_\_\_\_: 300/3/12. Ofício do Barão de Cotegipe, ministro dos negócios do império, para o ministro dos negócios estrangeiro de 24 de janeiro de 1888.

\_\_\_\_\_: 300/3/12. Cópia de memorando do Barão de Cotegipe, ministro dos negócios do império, para o diretor do Arquivo Público do Império de 24 de janeiro de 1888.

ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Livros, Manuscritos e Mapas, 1984.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. 2ª Ed. Rev. Amp. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CABRAL, Dilma. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. In: Arquivo Nacional. *Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>>, acessado em 10/06/2021.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*; Brasília: FUNAG

CORRÊA, Fernando Gabriel. *Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos*. Tese (Doutorado Ciência da Informação), Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2010.

DONATO, Maria Pia. Des hommes et des chartes sous Napoléon. Pour une histoire politique des archives de l'empire (1809-1814). *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 4, p. 81-102, 2015.

GABLER, Louise. Arquivo público. In: Arquivo Nacional. *Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>>, acessado em 10/06/2021.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

GUINCHAT, Claire. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª Ed. Brasília: IBICT, 1994, p.43.

PAES, Marilena Leite. *Arquivos: teoria e prática*. 3. Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

KECSKEMÉTI, Charles. *Archival Claims*. Preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations. Paris: Unesco, 1977.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. Encontros e desencontros as relações Portugal-Brasil: a propósito do tratado de 1836. In: Departamento de Ciências e Técnicas do Património & Departamento de História (Orgs.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2006, p. 35-46.

MEDEIROS, Enderson. A Patrimonialização e o arquivo enquanto Patrimônio: um olhar antropológico. *Biblos*, v. 25, n.1, 2011, p. 35-45.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHMIDT, Clarissa Moreira. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP, 2012.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

WINTER, Tim. Heritage diplomacy: entangled materialities of international relations. Future Anterior in: *Journal of Historic Preservation, History, Theory, and Criticism*, v. 13, n. 1, p. 17-34, 2016.

ZAMORANO, Mariano Martín: Reframing Cultural Diplomacy: The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory. *Culture Unbound*, v. 8, 2016.

---

Recebido: 07 de julho de 2021

Aprovado: 07 de setembro de 2021